# PolÃticas do medo geram abusos dos direitos humanos

Governos poderosos e grupos armados estÃ£o deliberadamente instigando o medo para corromper os direitos humanos e criar um mundo cada vez mais polarizado e perigoso, afirmou a Anistia Internacional no lanÃ§amento de seu *Informe 2007*, a avaliaÃ§Ã£o anual que a organizaÃ§Ã£o faz dos direitos humanos em todo o mundo. O atual quadro pÃµe em risco o Estado de Direito do Mundo, segundo a Anistia.

No Brasil, diz a Anistia, hÃ¡ â??problemas nos sistemas judicial, prisional e de seguranÃ§a pÃºblica, entre os quais violaÃ§Ãµes sistemÃ¡ticas dos direitos humanos, contribuÃram para os nÃveis elevados e persistentes de violÃªncia criminalâ?•. E completa: â??A maioria das dezenas de milhares de mortes causadas por armas de fogo ocorreu nas comunidades mais pobres. Bem mais de mil pessoas foram mortas em confrontos com a polÃcia, em incidentes classificados como â??resistÃªncia seguida de morteâ??, muitas em situaÃ§Ãµes que sugerem o uso excessivo de forÃ§a ou execuÃ§Ãµes extrajudiciais. A tortura continuou a ocorrer de forma generalizada e sistemÃ¡tica. O acesso Ã  terra seguiu sendo um foco de violaÃ§Ãµes dos direitos humanos. Houve despejos forÃ§ados e ataques violentos contra ativistas rurais, manifestantes contrÃ¡rios Ã  construÃ§Ã£o de barragens, movimentos de sem-teto e povos indÃgenas. Muitas pessoas continuaram a trabalhar em condiÃ§Ãµes anÃ¡logas Ã escravidÃ£o ou sujeitas a servidÃ£o por dÃvida. Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaÃ§as e ataquesâ?•.

Para Irene Khan, secretÃ¡ria-geral da Anistia Internacional, â??por meio de polÃticas mÃopes, divisivas e que promovem o medo os governos estÃ£o enfraquecendo os direitos humanos e o Estado de direito, alimentando o racismo e a xenofobia, dividindo comunidades, intensificando as desigualdades e semeando mais violÃªncia e mais conflitoâ?•. Segundo o documento, â??as polÃticas do medo estÃ£o gerando um clima perverso de abusos dos direitos humanos em que nenhum direito Ã© inviolÃ¡vel e ninguÃ©m estÃ¡ seguroâ?•.

**Radar**

O relatÃ³rio diz, ainda, que â??a â??guerra ao terrorâ?? e a guerra no Iraque, com seu elenco de abusos dos direitos humanos, criaram divisÃµes profundas e lanÃ§aram uma sombra sobre as relaÃ§Ãµes internacionais, dificultando a resoluÃ§Ã£o dos conflitos e a proteÃ§Ã£o dos civisâ?•.

â??Em muito paÃses, plataformas polÃticas ditadas pelo medo estÃ£o promovendo a discriminaÃ§Ã£o, ampliando o abismo entre â??os que possuemâ?? e â??os despossuÃdosâ??, entre â??nÃ³sâ?? e â??os outrosâ??, deixando desprotegidos os que sÃ£o mais marginalizadosâ?•, afirmou Irene Khan.

Somente na Ã•frica, centenas de milhares de pessoas foram expulsas Ã  forÃ§a de suas casas, sem que houvesse o devido processo, sem receber compensaÃ§Ã£o e sem ter alternativas de alojamento â?? geralmente, em nome do progresso e do desenvolvimento econÃ´mico, de acordo com o documento.

Os polÃticos manipularam o medo da imigraÃ§Ã£o descontrolada para justificar medidas mais severas contra requerentes de asilo e refugiados nos paÃses da Europa Ocidental, enquanto os trabalhadores


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

imigrantes eram deixados sem proteÃ§Ã£o e explorados em todo o mundo, desde a CorÃ©ia do Sul atÃ© a RepÃºblica Dominicana, afirma a Anistia.

Segundo o documento, alimentadas por estratÃ©gias discriminatÃ³rias de combate ao terrorismo nos paÃses ocidentais, as divisÃµes entre muÃ§ulmanos e nÃ£o-muÃ§ulmanos aprofundaram-se ainda mais. Por todo o mundo, aumentaram os incidentes de islamofobia, antisemitismo, intolerÃ¢ncia e ataques a minorias religiosas.

Ao mesmo tempo, os crimes de Ã³dio contra estrangeiros eram disseminados por toda a RÃºssia; a segregaÃ§Ã£o e a exclusÃ£o da comunidade cigana se alastrava de Dublin a Bratislava, numa demonstraÃ§Ã£o flagrante de falta de lideranÃ§a para combater o racismo e a xenofobia, ressalta o relatÃ³rio.

â??Uma polarizaÃ§Ã£o mais intensa e a acentuaÃ§Ã£o dos temores com a seguranÃ§a nacional reduziram o espaÃ§o para a tolerÃ¢ncia e para as diferenÃ§as de opiniÃ£o. Por todo o mundo, do IrÃ£ ao ZimbÃ¡bue, diversas vozes independentes que falavam de direitos humanos foram silenciadas em 2006â?•, disse Irene Khan.

O relatÃ³rio trata, ainda, da liberdade de expressÃ£o, que â??foi suprimida de vÃ¡rias maneiras, como, por exemplo, por meio de processos contra escritores e defensores dos direitos humanos na Turquia; do assassinato de ativistas polÃticos nas Filipinas; do constante assÃ©dio, da vigilÃ¢ncia e das freqÃ¼entes prisÃµes de defensores dos direitos humanos na China; e do assassinato da jornalista Anna Politkovskaya e das novas leis de regulaÃ§Ã£o das organizaÃ§Ãµes nÃ£o-governamentais na RÃºssia. A Internet tornou-se a nova frente de combate pelas diferenÃ§as de opiniÃ£o. Em paÃses como China, IrÃ£, SÃria, VietnÃ£ e Belarus ativistas foram presos e algumas empresas compactuaram com os governos para restringir o acesso Ã s informaÃ§Ãµes da redeâ?•.

Em paÃses como o Egito, estilos de repressÃ£o jÃ¡ ultrapassados ganharam uma nova leitura inspirada na cartilha de combate ao terrorismo, segundo o documento. Ao mesmo tempo, no Reino Unido, leis antiterroristas vagamente definidas apresentavam uma potencial ameaÃ§a Ã  liberdade de expressÃ£o.

A Anistia afirma que cinco anos apÃ³s o 11 de setembro, comeÃ§am a surgir novas evidÃªncias de como o governo dos Estados Unidos tratou o mundo como se fosse um campo de batalha gigante para sua â??guerra ao terrorâ?•, seqÃ¼estrando, prendendo, detendo arbitrariamente, torturando e transferindo suspeitos de uma prisÃ£o secreta a outra, por todo o mundo, com impunidade – no que chamaram de â??rendiÃ§Ãµes extraordinÃ¡riasâ?•.

â??Nada representou melhor a globalizaÃ§Ã£o das violaÃ§Ãµes de direitos humanos do que a â??guerra ao terrorâ?? liderada pelos Estados Unidos e seu programa de â??rendiÃ§Ãµes extraordinÃ¡riasâ??, que implicaram governos de paÃses tÃ£o distantes quanto a ItÃ¡lia e o PaquistÃ£o, a Alemanha e o QuÃªniaâ?•, afirmou Irene Khan.

â??EstratÃ©gias mal concebidas de combate ao terrorismo fizeram pouco para reduzir a ameaÃ§a de


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

violÃªncia ou para assegurar justiÃ§a Ã s vÃtimas do terrorismo, mas fizeram muito para prejudicar os direitos humanos e o Estado de direito em todo o mundo. A Anistia Internacional pediu aos governos que rejeitassem as polÃticas do medo e investissem em instituiÃ§Ãµes de direitos humanos e no Estado de direito, tanto em nÃvel nacional quanto internacionalâ?•.

â??HÃ¡ sinais de esperanÃ§a. As instituiÃ§Ãµes europÃ©ias criaram um momento propÃcio para que haja transparÃªncia e para que se preste conta das rendiÃ§Ãµes. GraÃ§as Ã  pressÃ£o da sociedade civil, a ONU concordou em desenvolver um tratado para controlar as armas convencionais. Em diversos paÃses, novos lÃderes e novas legislaturas que assumiram o poder tÃªm nas mÃ£os a oportunidade de corrigir as falhas daquelas lideranÃ§as que tanto obscureceram o cenÃ¡rio dos direitos humanos nos Ãºltimos anos. O novo Congresso dos Estados Unidos poderia tomar a dianteira e dar o exemplo, reconquistando o respeito pelos direitos humanos, tanto em seu territÃ³rio quanto no estrangeiroâ?•, declarou a secretÃ¡ria-geral.

â??Do mesmo modo que o aquecimento global exige uma aÃ§Ã£o mundial baseada na cooperaÃ§Ã£o internacional, a erosÃ£o dos direitos humanos somente serÃ¡ enfrentada atravÃ©s da solidariedade global e do respeito pelo direito internacional.â?•

**ConheÃ§a trecho do relatÃ³rio sobre o Brasil e a situaÃ§Ã£o em nÃºmeros em outros paÃses**

RepÃºblica Federativa do Brasil

**Chefe de Estado e de governo:** Luiz InÃ¡cio Lula da Silva

**Pena de morte:** abolicionista para crimes comuns

**Tribunal Penal Internacional:** ratificado

Problemas nos sistemas judicial, prisional e de seguranÃ§a pÃºblica, entre os quais violaÃ§Ãµes sistemÃ¡ticas dos direitos humanos, contribuÃram para os nÃveis elevados e persistentes de violÃªncia criminal. A maioria das dezenas de milhares de mortes causadas por armas de fogo ocorreu nas comunidades mais pobres. Bem mais de mil pessoas foram mortas em confrontos com a polÃcia, em incidentes classificados como â??resistÃªncia seguida de morteâ?•, muitas em situaÃ§Ãµes que sugerem o uso excessivo de forÃ§a ou execuÃ§Ãµes extrajudiciais.

A tortura continuou a ocorrer deforma generalizada e sistemÃ¡tica. O acesso Ã  terra seguiu sendo um foco de violaÃ§Ãµes dos direitos humanos. Houve despejos forÃ§ados e ataques violentoscontra ativistas rurais, manifestantes contrÃ¡rios Ã  construÃ§Ã£o de barragens, movimentos de sem-teto e povos indÃgenas. Muitas pessoas continuaram a trabalhar em condiÃ§Ãµes anÃ¡logas Ã  escravidÃ£o ou sujeitas a servidÃ£o por dÃvida. Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaÃ§as e ataques.

**InformaÃ§Ãµes gerais**


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

O presidente Luiz InÃ¡cio Lula da Silva foi reeleito para um segundo e Ãºltimo mandato. O primeiro foi marcado por extensas alegaÃ§Ãµes de corrupÃ§Ã£o por todo o espectro polÃtico.

As investigaÃ§Ãµes dessas denÃºncias relevaram vÃnculos diretos e indiretos com a erosÃ£o da proteÃ§Ã£o aos direitos humanos. Em todos os nÃveis do poder Executivo e Legislativo,foram amplamente divulgadas malversaÃ§Ãµes de verbas pÃºblicas que, tanto enfraqueceram a capacidade das autoridades de garantir os direitos humanos bÃ¡sicos por meio de serviÃ§os sociais, quanto diminuÃram a confianÃ§a pÃºblica nas instituiÃ§Ãµes do Estado. Destacam-se, especialmente, os vÃ¡rios casos notÃ³rios da suposta corrupÃ§Ã£o no Congresso.

O envolvimento de autoridades pÃºblicas em atividades criminosas resultou em violaÃ§Ãµes dos direitos humanos e num aparente crescimento do crime organizado em todo o paÃs. VÃ¡rios agentes policiais e prisionais estariam implicados com o narcotrÃ¡fico, vendendo e contrabandeando armas, telefones celulares e drogas para membros de grupos criminosos nas prisÃµes.

O primeiro mandato do presidente Lula tambÃ©m foi marcado por investimentos sociais voltados a objetivos especÃficos e por uma polÃtica fiscal rigorosa. O eixo principal da polÃtica social do governo foi o programa Bolsa-FamÃlia, que concedeu crÃ©ditos a cerca de 11 milhÃµes de famÃlias pobres, condicionados ao envio de seus filhos Ã  escola de primeiro grau. Esta polÃtica foi bem acolhida em alguns setores por trazer estabilidade econÃ´mica, ao mesmo tempo em que teria conseguido reduzir um pouco a desigualdade

social.

Outros setores, entretanto, como os movimentos sociais, expressaram preocupaÃ§Ã£o com as restriÃ§Ãµes orÃ§amentÃ¡rias aos investimentos sociais em outras Ã¡reas, principalmente seguranÃ§a pÃºblica, reforma agrÃ¡ria e direitos indÃgenas, a fim de sustentar o pagamento da dÃvida e o superÃ¡vit orÃ§amentÃ¡rio.

Apesar de alguns aspectos positivos, como a introduÃ§Ã£o de uma legislaÃ§Ã£o criminalizando a violÃªncia domÃ©stica e o maior desenvolvimento de programas de combate Ã  tortura e proteÃ§Ã£o aos defensores dos direitos humanos, diversas questÃµes foram claramente evitadas. A Ã¡rea de maior preocupaÃ§Ã£o foi a seguranÃ§a pÃºblica, em que persistiu a ausÃªncia de qualquer atenÃ§Ã£o polÃ-tica efetiva.

Nenhum dos candidatos a presidente e poucos candidatos a governador propuseram soluÃ§Ãµes reais e de longo prazo para enfrentar as dezenas de milhares de homicÃdios cometidos a cada ano em todo o paÃs. Diante do sempre crescente nÃvel de violÃªncia, os lÃderes estaduais e federais continuaram a buscar vantagens polÃticas propondo soluÃ§Ãµes reativas e de curto prazo.

A ratificaÃ§Ã£o do Protocolo Facultativo Ã  ConvenÃ§Ã£o das NaÃ§Ãµes Unidas contra a Tortura foi aprovada pelo Congresso, mas as reformas para que a legislaÃ§Ã£o brasileira se adequasse ao Estatuto


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

de Roma do Tribunal Penal Internacional foram persistentemente

obstruÃdas.

**Sistema de JustiÃ§a Criminal**

O sistema de justiÃ§a criminal continuou a se deteriorar devido ao descaso de longa data dos governos estaduais e federal. As reformas prometidas nÃ£o foram implementadas, de modo que os sistemas prisional, judiciÃ¡rio e policial, carentes de preparo e de recursos, foram forÃ§ados a enfrentar de maneira inapropriada nÃveis extremos de violÃªncia criminal.

Isso contribuiu para as violaÃ§Ãµes sistemÃ¡ticas dos direitos humanos por parte destes agentes responsÃ¡veis pelo cumprimento da lei, as quais incluÃam o uso excessivo da forÃ§a, execuÃ§Ãµes extrajudiciais, tortura e maus-tratos, bem como corrupÃ§Ã£o generalizada.

A tentativa de determinadas autoridades de definir os problemas de seguranÃ§a pÃºblica como uma guerra resultou na adoÃ§Ã£o cada vez maior de tÃ¡ticas militares pelas forÃ§as policiais estaduais. As comunidades mais pobres, que recebem menos proteÃ§Ã£o do Estado, foram duplamente vitimadas, pois sÃ£o afetadas por uma maior concentraÃ§Ã£o de criminalidade violenta, ao mesmo tempo em que sofrem com os mÃ©todos repressivos e injustos usados pela polÃcia para combatÃª-la.

**ViolaÃ§Ãµes dos direitos humanos por parte da polÃcia e do ExÃ©rcito**

Muito mais de mil pessoas foram mortas por policiais. Estas mortes raramente sÃ£o investigadas de modo adequado, pois sÃ£o registradas como â??resistÃªncia seguida de morteâ?•, o que, em geral, faz com que se descarte previamente qualquer investigaÃ§Ã£o aprofundada. De acordo com as estatÃsticas oficiais, nos primeiros nove meses de 2006 a polÃcia do Rio de Janeiro matou 807 pessoas, um pequeno aumento com relaÃ§Ã£o ao ano anterior; em SÃ£o Paulo, foram 528, mais que o total registrado em todo o ano de

2005.

A prÃ³pria polÃcia e os agentes prisionais se tornaram alvo de ataques, sendo que muitos foram mortos. Em maio, o Estado de SÃ£o Paulo foi abalado pela violÃªncia de criminosos e policiais.

Entre os dias 12 e 20, integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organizaÃ§Ã£o criminosa que surgiu no sistema carcerÃ¡rio do estado, saÃram Ã s ruas numa impressionante demonstraÃ§Ã£o de violÃªncia organizada. Alegando protestar contra as condiÃ§Ãµes nas prisÃµes e a transferÃªncia de seus chefes para um presÃdio de seguranÃ§a mÃ¡xima, mataram mais de 40 policiais, incendiaram mais de 80 Ã´nibus, atacaram delegacias de polÃcia, bancos e uma estaÃ§Ã£o de metrÃ´, coordenando ainda motins e tomadas de refÃ©ns em cerca de metade das prisÃµes do estado. Em retaliaÃ§Ã£o, a polÃcia

noticiou que havia matado mais de 100 â??suspeitosâ?•.

Em diversos incidentes em bairros pobres de todo o Estado de SÃ£o Paulo, pessoas foram assassinadas


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

por homens mascarados em situaÃ§Ãµes que sugeriam execuÃ§Ãµes extrajudiciais ou vinganÃ§as do tipo cometido por grupos de extermÃnio. As autoridades estaduais apenas forneceram informaÃ§Ãµes detalhadas sobre os mortos pela polÃcia depois que o MinistÃ©rio PÃºblico ameaÃ§ou abrir um processo judicial. No auge da violÃªncia, 117 pessoas morreram em incidentes com armas de fogo num sÃ³ dia. Em julho, o PCC lanÃ§ou mais ataques, matando vÃ¡rios agentes prisionais.

A reaÃ§Ã£o do governo federal e estadual Ã violÃªncia foi amplamente criticada pelos meios de comunicaÃ§Ã£o, por especialistas em seguranÃ§a pÃºblica, policiais e militantes dos direitos humanos, por tentarem tirar vantagem polÃtica da situaÃ§Ã£o antes das eleiÃ§Ãµes, em vez de buscar uma soluÃ§Ã£o para a violÃªncia.

As autoridades estaduais do Rio de Janeiro adotaram tÃ¡ticas cada vez mais militarizadas nas suas tentativas de combater os grupos de traficantes que controlam a maioria das favelas da capital. Um veÃculo blindado de transporte de tropas, conhecido

popularmente como â??caveirÃ£oâ?•, foi usado para policiar os bairros mais pobres da cidade. Noticiou-se que alguns transeuntes foram mortos por policiais militares que atiravam indiscriminadamente de dentro dos â??caveirÃµesâ?•.

Em marÃ§o, o ExÃ©rcito posicionou soldados e tanques nas ruas das favelas do Rio, na tentativa de encontrar armas que haviam sido roubadas. Embora os promotores pÃºblicos federais tenham contestado a legalidade da operaÃ§Ã£o, nenhum dos governos, federal ou estadual, questionou a decisÃ£o do ExÃ©rcito de ir Ã s ruas. Os moradores das favelas, porÃ©m, reclamaram do tratamento arbitrÃ¡rio, violento e discriminatÃ³rio dos soldados, que nÃ£o

haviam sido treinados nem tinham mandado para realizar tais operaÃ§Ãµes.

Em dezembro, as autoridades estaduais e municipais do Rio de Janeiro anunciaram que estavam investigando informaÃ§Ãµes de que atÃ© 92 favelas estariam sob o controle de milÃcias para policiais. Segundo relatos, elas eram formadas por ex-policiais e policiais

ainda na ativa que atuavam com o respaldo de polÃticos e lideranÃ§as comunitÃ¡rias locais.

As milÃcias estariam garantindo a â??seguranÃ§aâ?• dessas comunidades. Os residentes, porÃ©m, denunciaram o uso extensivo de violÃªncia e a extorsÃ£o de pagamentos em troca de proteÃ§Ã£o. Algumas comunidades relataram ter sofrido retaliaÃ§Ãµes violentas das facÃ§Ãµes do trÃ¡fico depois que as milÃcias se retiraram dos seus bairros.

HÃ¡ informaÃ§Ãµes de assassinatos caracterÃsticos de grupos de extermÃnio nos estados nordestinos da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Dois homens previamente acusados de envolvimento com um destes grupos, que nos anos 90 era conhecido como â??a MissÃ£oâ?•, foram nomeados secretÃ¡rio de SeguranÃ§a PÃºblica e comandante da PolÃcia Militar do Estado de Sergipe.

Membros da ComissÃ£o Estadual de Direitos Humanos expressaram sua preocupaÃ§Ã£o com o retorno


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

dos grupos de extermÃnio, apÃ³s receberem notÃcias de vÃ¡rios assassinatos e desaparecimentos forÃ§ados. Em um incidente ocorrido em abril e testemunhado por mais de 50 pessoas, trÃªs rapazes adolescentes foram presos por integrantes da unidade de elite da PolÃcia Militar na comunidade de Mosqueiro. Um dos rapazes teria sido torturado atÃ© desmaiar, voltando a si apÃ³s ser abandonado num matagal. Os outros dois teriam desaparecido e, atÃ© o final do ano, nÃ£o havia sido encontrado qualquer sinal deles.

Em abril, segundo informaÃ§Ãµes, integrantes da PolÃcia Militar de Recife, no Estado de Pernambuco, teriam detido um grupo de 14 adolescentes que estavam participando do Carnaval. Depois de tÃª-los torturado, a polÃcia os teria levado atÃ© uma ponte do Rio Capibaribe e os obrigado a pularem no rio. Os corpos de dois dos rapazes, de 15 e 17 anos, foram encontrados dois dias mais tarde. Um inquÃ©rito foi aberto e cinco policiais foram acusados de homicÃdio e tortura, porÃ©m, em junho, um dos rapazes que testemunhou contra a polÃcia foi morto a tiros.

**Sistema carcerÃ¡rio**

O sistema penitenciÃ¡rio esteve sob enorme pressÃ£o devido ao crescente aumento da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria e Ã  insuficiÃªncia de investimentos, tanto financeiros quanto polÃticos. Noticiou-se com regularidade casos de tortura e maus-tratos cometidos por policiais, carcereiros e por outros detentos com o objetivo de controlar, punir e corromper. Os centros de detenÃ§Ã£o apresentavam superlotaÃ§Ã£o extrema e condiÃ§Ãµes sanitÃ¡rias precÃ¡rias, ao mesmo tempo em que seus funcionÃ¡rios continuavam mal treinados e sem apoio.

Houve vÃ¡rios motins e inÃºmeros casos de violÃªncia entre os presos, pois muitas penitenciÃ¡rias passaram a ser controladas por grupos criminosos. Tentativas tardias de desmembrar as quadrilhas fizeram com que se recorresse Ã s penitenciÃ¡rias de seguranÃ§a mÃ¡xima, com a aplicaÃ§Ã£o de um Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que havia sido anteriormente criticado, tanto pelo Conselho Nacional de PolÃtica Criminal e PenitenciÃ¡ria do MinistÃ©rio da JustiÃ§a quanto pela Ordem dos Advogados do Brasil, por infringir os dispositivos de proteÃ§Ã£o dos direitos humanos contidos na ConstituiÃ§Ã£o e no direito internacional.

O colapso do sistema prisional foi evidenciado no Estado de SÃ£o Paulo pelas condiÃ§Ãµes observadas na penitenciÃ¡ria de Araraquara depois dos motins ocorridos em maio. Durante vÃ¡rios meses, 1.600 presos, inclusive doentes e feridos, foram mantidos num pÃ¡tio com espaÃ§o para 160 pessoas enquanto a prisÃ£o era reformada. Houve relatos persistentes de violaÃ§Ãµes contra prisioneiras. Na ColÃ´nia Penal Feminina, um presÃdio de mulheres no Recife, a AI testemunhou condiÃ§Ãµes extremamente precÃ¡rias.

As internas dormiam no chÃ£o e nos chuveiros, os serviÃ§os de saÃºde eram limitados e elas relataram o tratamento violento recebido dos carcereiros. As crianÃ§as recÃ©m-nascidas ficavam nas celas com as mÃ£es, algumas das quais estariam doentes, sem atendimento mÃ©dico e condiÃ§Ãµes de seguranÃ§a suficientes.


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

**Impunidade**

A extrema lentidÃ£o e a ineficÃ¡cia do sistema judicial reforÃ§aram a impunidade para violaÃ§Ãµes dos direitos humanos. Em fevereiro, o Tribunal de JustiÃ§a de SÃ£o Paulo absolveu o coronel Ubiratan GuimarÃ£es de sua participaÃ§Ã£o no massacre da penitenciÃ¡ria do Carandiru, em 1992, no qual foram mortos 111 prisioneiros. AtÃ© o final de 2006, nenhum outro policial havia sido julgado por sua participaÃ§Ã£o no massacre.

Uma vitÃ³ria importante em meio ao clima de impunidade geral foi a condenaÃ§Ã£o, em marÃ§o, de um dos cinco policiais militares acusados de matar 29 moradores na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, em 2005.

**Terra e moradia**

O acesso Ã  terra e Ã  moradia foi um foco de violaÃ§Ãµes generalizadas dos direitos humanos. De acordo com a ComissÃ£o Pastoral da Terra, 25 ativistas rurais foram mortos entre janeiro e outubro, 16 deles no Estado do ParÃ¡. MilhÃµes de pessoas sofreram

privaÃ§Ãµes sociais e econÃ´micas extremas por nÃ£o terem acesso Ã  terra e Ã  moradia, tanto nas Ã¡reas urbanas quanto rurais.

Aqueles que lutam pelo direito Ã  terra, incluindo os povos indÃgenas, ativistas rurais e grupos de sem-teto urbanos, sofreram despejos forÃ§ados, ameaÃ§as e ataques violentos.

Alguns foram assassinados. Pessoas que buscavam acesso Ã  terra geralmente nÃ£o tiveram acesso Ã JustiÃ§a. HÃ¡ informaÃ§Ãµes de que as decisÃµes judiciais teriam sido discriminatÃ³rias em alguns casos; em outros, as pessoas enfrentaram acusaÃ§Ãµes criminais que teriam razÃµes polÃticas.

Em agosto, o Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡ emitiu ordens de despejo para um total de 4 mil famÃlias, sem lhes oferecer qualquer alternativa de acomodaÃ§Ã£o. VÃ¡rios dos assentamentos que sofreriam despejo estavam em terras que poderiam ser desapropriadas segundo as leis de reforma agrÃ¡ria, uma vez que as fazendas em que se situavam ou eram consideradas “improdutivas” ou tinham localizaÃ§Ã£o ilegal ou, ainda, se valiam de trabalho escravo ou servidÃ£o por dÃvida. Em setembro, os advogados da ComissÃ£o Pastoral da Terra conseguiram a suspensÃ£o de alguns despejos, mas muitas famÃlias continuaram sob ameaÃ§a.

Houve relatos de tentativas contÃnuas de prejudicar o trabalho de ativistas sociais no Estado de Pernambuco e de criminalizar seus lÃderes. Em maio, uma associaÃ§Ã£o que representava policiais militares promoveu uma campanha publicitÃ¡ria com anÃºncios espalhados pelas ruas do Recife acusando os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de agirem sem lei e sem limites. Dez membros do MST foram presos devido a acusaÃ§Ãµes que, segundo informaÃ§Ãµes, tiveram motivos polÃticos.

Dois mandados de prisÃ£o distintos foram expedidos contra Jaime Amorim, um dirigente do MST. O primeiro por que ele teria liderado uma ocupaÃ§Ã£o de terras que um Ã³rgÃ£o do governo federal


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

havia considerado passÃvel de desapropriaÃ§Ã£o. O segundo foi emitido apÃ³s um incidente de perturbaÃ§Ã£o da ordem pÃºblica diante do consulado dos Estados Unidos, por ocasiÃ£o da visita do presidente Bush ao Brasil, em novembro de 2005. VÃ¡rios dias apÃ³s o acontecimento, Jaime Amorim foi acusado de desobediÃªncia,

incitamento ao crime e desrespeito Ã  autoridade.

Ele foi detido quando acompanhava os funerais de dois ativistas sem-terra assassinados em agosto. Ambos os mandados de prisÃ£o foram anulados e Amorim ficou em liberdade provisÃ³ria. No Estado do EspÃrito Santo, os povos indÃgenas tupiniquim e guarani sofreram ameaÃ§as e ataques por causa da campanha que desenvolvem hÃ¡ muito tempo pela posse de suas terras ancestrais.

As Ã¡reas em litÃgio foram disputadas pela Aracruz Celulose S/A, uma grande produtora de celulose de eucalipto. Embora a FundaÃ§Ã£o Nacional do Ã•ndio (FUNAI), subordinada ao governo federal, tivesse reconhecido que as terras eram prÃ³prias para demarcaÃ§Ã£o, a decisÃ£o de ir adiante com o processo foi bloqueada.

Em janeiro, integrantes da PolÃcia Federal expulsaram violentamente os Ãndios tupiniquim e guarani de povoados construÃdos em terras sob litÃgio. Treze Ãndios foram feridos e dois povoados incendiados, apÃ³s serem atacados com helicÃ³pteros, cÃ£es, balas de borracha e gÃ¡s lacrimogÃªneo. Segundo informaÃ§Ãµes, a Aracruz Celulose S/A deu apoio logÃstico Ã  PolÃcia Federal durante a expulsÃ£o.

Em setembro, promotores pÃºblicos federais iniciaram um processo civil bem-sucedido contra a Aracruz Celulose S/A, por esta haver promovido uma campanha discriminatÃ³ria contra os Ãndios tupiniquim e guarani.

**Trabalho escravo**

Houve progresso no combate ao trabalho escravo. De acordo com a OrganizaÃ§Ã£o Internacional do Trabalho, 18 mil pessoas foram libertadas da servidÃ£o por dÃvida desde 1995 por membros da unidade mÃ³vel do governo federal. PorÃ©m, o problema estava longe de ser erradicado. Segundo a ComissÃ£o Pastoral da Terra, todos os anos cerca de 8 mil pessoas sÃ£o forÃ§adas a submeter-se a condiÃ§Ãµes de trabalho anÃ¡logas Ã  escravidÃ£o ou a servidÃ£o por dÃvida.

As prometidas reformas na ConstituiÃ§Ã£o para permitir o confisco de terras onde se verifica trabalho escravo continuaram pendentes no

Congresso.

**Defensores dos direitos humanos**


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer discriminaÃ§Ã£o, ameaÃ§as e ataques.Muitos grupos de direitos humanos enfrentaram uma reaÃ§Ã£o negativa apÃ³s os violentos ataques doPCC em SÃ£o Paulo.

O governo federal empreendeu alguns esforÃ§os para tentar estabelecer seu programa nacional para os defensores dos direitos humanos. Eles resultaram em sessÃµes de treinamento inicial para policiais estaduais no Estado do ParÃ¡ e preparaÃ§Ãµes para treinamento semelhante nos estados de Pernambuco e EspÃrito Santo. Contudo, houve relatos de que o plano tinha graves deficiÃªncias. Integrantes da sociedade civil que participaram do projeto expressaram diversas preocupaÃ§Ãµes, sobretudo com a ausÃªncia de um Ã³rgÃ£o nacional dotado de recursos suficientes para supervisionar o programa e com a persistente relutÃ¢ncia da PolÃcia Federal em oferecer proteÃ§Ã£o.

O fato de as autoridades nÃ£o processarem os responsÃ¡veis por assassinar defensores dos direitos humanos continuou a colocar suas vidas em perigo.

Vicente CaÃ±as Costa, um jesuÃta espanhol que trabalhava na defesa dos povos indÃgenas, foi assassinado em 1987 no Estado do Mato Grosso. Dezenove anos depois, dois dos homens suspeitos do crime foram levados a julgamento.

Embora os grupos de direitos humanos tenham ficado satisfeitos pelo fato de o tribunal reconhecer que Vicente CaÃ±as Costa havia realmente sido assassinado, as falhas na investigaÃ§Ã£o inicial teriam contribuÃdo para que ambos os suspeitos fossem absolvidos.

RelatÃ³rios e visitas da AI.

**RelatÃ³rio**

Brasil: â??Chegamos para buscar suas almasâ?•: o caveirÃ£o e o policiamento no Rio de Janeiro (Ã•ndice AI: AMR 19/007/2006)

Visita

Representantes da AI visitaram o Brasil em maio e junho.

**ConheÃ§a os dados da Anistia que ameaÃ§am o Estado de Direito, segundo a entidade**

Amnesty International

Comunicado Ã  Imprensa

Ã•ndice AI: POL 10/007/2007

ServiÃ§o de NotÃcias: 094/07


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

23 de maio de 2007

TRADUÃ?Ã?O LIVRE

*INFORME 2007*

**AMNESTY INTERNATIONAL DADOS E ESTATÃ•STICAS**

Estes Dados e EstatÃsticas demonstram a situaÃ§Ã£o em algumas Ã¡reas de trabalho chave da Anistia Internacional em 2006:

â?? ViolÃªncia contra as mulheres

â?? Controle de armas

â?? Pena de morte

â?? Tortura e Terror

â?? JustiÃ§a internacional

Os dados e cifras nÃ£o contam e nem podem contar, de forma completa, a histÃ³ria de todos os abusos contra os direitos humanos que foram cometidos em todo o mundo em 2006. SÃ£o representativos dos casos dos quais a *Amnesty International* tomou conhecimento, porÃ©m nÃ£o constituem uma lista exaustiva.

Tal como ilustram as estatÃsticas sobre a pena de morte, o nÃºmero real de casos de abusos e de negaÃ§Ã£o dos direitos humanos Ã© sem dÃºvida muito maior do que este levantamento permite mostrar.

Para acessar os estudos de casos mais detalhados, informaÃ§Ãµes especÃficas sobre paÃses, ou anÃ¡lises de determinadas questÃµes, utilizar os links que figuram no final das pÃ¡ginas de cada paÃs ou insira uma palavra-chave no sistema de busca. Por exemplo:

Belarus

Desalojamentos forÃ§ados

ImigraÃ§Ã£o

ZimbÃ¡bue

Amnesty International em 2006

2,2 milhÃµes de membros ou simpatizantes em mais de 150 paÃses e territÃ³rios.


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

5.000 pessoas, comunidades, organizaÃ§Ãµes de direitos humanos e famÃlias, em todo o mundo, foram objeto do trabalho da Amnesty International.

700 pessoas foram formadas, entre defensores e defensoras dos direitos humanos e organizaÃ§Ãµes que defendem esses direitos em todas as regiÃµes do mundo.

473 informes e outras publicaÃ§Ãµes foram produzidos

330 aÃ§Ãµes urgentes em favor de pessoas em situaÃ§Ã£o de risco foram emitidas

153 paÃses foram analisados no Informe 2007 da Amnesty International.

121 campanhas foram lanÃ§adas

120 visitas foram realizadas a 77 paÃses e territÃ³rios.

57 paÃses tiveram documentada a reclusÃ£o de presos de consciÃªncia ou possÃveis presos de consciÃªncia.

Fonte: Amnesty International

**ViolÃªncia contra mulheres**

185 Estados ratificaram a ConvenÃ§Ã£o sobre a EliminaÃ§Ã£o de Todas as Formas de DiscriminaÃ§Ã£o contra a Mulher.

62 deles formularam reservas a algumas clÃ¡usulas.

9 nÃ£o assinaram.

1 assinou, porÃ©m, nÃ£o ratificou: Estados Unidos

**ViolÃªncia domÃ©stica**

Ao menos 1 em cada 3 mulheres foi agredida, obrigada a manter relaÃ§Ãµes sexuais ou sofreu outro tipo de abuso em sua vida. Geralmente, o autor dos abusos Ã© um familiar ou um conhecido.

**TrÃ¡fico**

2 milhÃµes de pessoas sÃ£o vÃtimas do trÃ¡fico a cada ano, em sua maioria mulheres e meninas.

137 paÃses, a maioria da Europa Ocidental, Ã•sia e AmÃ©rica do Norte, sÃ£o os receptores.

127 paÃses, a maior parte da Europa Central e Oriental, Ã•sia, Ã•frica Ocidental, AmÃ©rica Latina e


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Caribe sÃ£o os emissores.

**Mulheres em situaÃ§Ãµes de conflito**

70% das baixas em conflitos recentes eram de pessoas nÃ£o combatentes, sendo a maioria delas mulheres e crianÃ§as.

Dezenas de milhares de mulheres e meninas sofreram estupros e outras formas de violÃªncia sexual desde que comeÃ§ou a crise em Darfur, em 2003.

Nenhuma pessoa foi condenada em Darfur por estas atrocidades, segundo informaÃ§Ã£o que a Amnesty International dispÃµe.

Fonte: Amnesty International, UNICEF, UNIFEM, ONU, OMS, MÃ©dicos Sem Fronteiras.

**Controle de armas em 2006**

1.250.000 pessoas participaram da petiÃ§Ã£o fotogrÃ¡fica â??Um milhÃ£o de rostosâ?• para exigir um controle mais rigoroso do comÃ©rcio de armas.

153 governos votaram, em dezembro, a favor de comeÃ§ar a trabalhar em um Tratado Internacional sobre o ComÃ©rcio de Armas.

24 se abstiveram

1 paÃs votou contra o Tratado: Estados Unidos.

**ComÃ©rcio de Armas**

22 milhÃµes de dÃ³lares sÃ£o gastos em mÃ©dia, a cada ano, em armas nos paÃses da Ã•sia, Oriente MÃ©dio, AmÃ©rica Latina e Ã•frica.

22 milhÃµes de dÃ³lares permitiriam a estes paÃses escolarizar toda a populaÃ§Ã£o infantil e reduzir a mortalidade infantil em dois terÃ§os atÃ© o ano 2015.

85% dos homicÃdios que Amnesty International teve conhecimento implicaram o uso de armas leves e de pequeno porte.

60% das armas de fogo do mundo estÃ£o nas mÃ£os de particulares.

A cada ano sÃ£o produzidas 2 balas para cada homem, mulher e crianÃ§a no planeta.

Fonte: Amnesty International, Estudo sobre Armas Pequenas e Ligeiras 2002, 2003, 2004 e 2005. Informe sobre Desenvolvimento Humano 2005 da ONU. Base de Dados EstatÃsticos sobre ComÃ©rcio de Mercadorias (Comtrade), da ONU. Proposta Internacional Finance Facility de janeiro de 2003, do MinistÃ©rio da Fazendo do Reino Unido. Informe ONUSIDA de 2004. Congresso dos Estados Unidos.


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Armas sob Controle Ã© uma campanha conjunta da Amnesty International, Rede Internacional de AÃ§Ã£o contra Armas Ligeiras (IANSA) e Oxfam. www.controlarms.org</a **A pena de morte em 2006**

20.000 pessoas, aproximadamente, estÃ£o no corredor da morte em todo o mundo.

3.861 pessoas foram condenadas Ã  morte em 55 paÃses.

1.591 pessoas foram executadas em 25 paÃses; uma queda em relaÃ§Ã£o a 2005, ano em que foram executadas 2.148 pessoas em 22 paÃses.

128 paÃses nÃ£o realizaram execuÃ§Ãµes (apÃ³s aboliÃ§Ã£o da pena de morte na lei ou na prÃ¡tica).

99 deles aboliram a pena de morte em sua legislaÃ§Ã£o para os delitos comuns; Filipinas foi o 99Âº paÃs a fazÃª-lo, em 2006.

91% do total das execuÃ§Ãµes conhecidas ocorreram em 6 paÃses: China, IrÃ£, Iraque, PaquistÃ£o, SudÃ£o e Estados Unidos.

69 paÃses continuam utilizando a pena de morte.

65 pessoas foram executadas no Iraque em 2006.

3 foram executadas no ano anterior

O nÃºmero de execuÃ§Ãµes e condenaÃ§Ãµes apresentados incluem unicamente aquelas que a Amnesty International tomou conhecimento; os totais reais sÃ£o superiores.

Este nÃºmero Ã© superior ao publicado no Informe da Amnesty International jÃ¡ que inclui informaÃ§Ã£o recebida nas Ãºltimas semanas.

Fonte: Amnesty International.

**Tortura e Terror em 2006**

144 Estados ratificaram a ConvenÃ§Ã£o contra a Tortura e Outros

**Tratamentos ou Penas CruÃ©is, Desumanas ou Degradantes**

102 paÃses registraram casos de tortura e maus-tratos nas mÃ£os das forÃ§as de seguranÃ§a, da polÃcia e de outras autoridades do Estado, que sÃ£o documentados no Informe 2007 da Amnesty International.

**â??Guerra contra o terrorâ?•**


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

400 detidos de mais de 30 nacionalidades continuavam reclusos em GuantÃ¡namo, sÃmbolo pÃºblico das injustiÃ§as da â??guerra contra o terrorâ?•, no final de 2006.

200 detidos realizaram greves de fome desde a abertura desse centro de detenÃ§Ã£o.

40 tentaram o suicÃdio.

3 morreram em junho de 2006, aparentemente como conseqÃ¼Ãªncia de suicÃdio.

Um nÃºmero desconhecido de pessoas permanece recluso em centros secretos de detenÃ§Ã£o ou â??buracos negrosâ?• em todo o mundo.

Fonte: Amnesty International.

**JustiÃ§a Internacional**

Tribunal Penal Internacional (TPI)

104 Estados ratificaram o Estatuto de Roma do TPI.

100 paÃses subscreveram â??acordos de impunidadeâ?• com os Estados Unidos, o que impede que os cidadÃ£os norte-americanos sejam processados.

6 ordens de detenÃ§Ã£o foram emitidas.

3 situaÃ§Ãµes sÃ£o objeto de investigaÃ§Ã£o: Norte de Uganda, RepÃºblica DemocrÃ¡tica do Congo e Darfur, no SudÃ£o.

**Tribunal Penal International para a ex â?? IugoslÃ¡via**

161 pessoas foram objeto de processo por violaÃ§Ãµes graves do Direito Internacional HumanitÃ¡rio.

**Tribunal Especial para Serra Leoa**

10 pessoas estÃ£o sendo julgadas atualmente, entre elas, Charles Taylor que foi transferido para o Tribunal Especial em marÃ§o de 2006.

Todos os processados se declararam inocentes. SÃ£o acusados de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras violaÃ§Ãµes do Direito Internacional HumanitÃ¡rio.

**Tribunal Penal Internacional para Ruanda**

27 julgamentos ocorreram, envolvendo 33 pessoas.

InformaÃ§Ã£o atualizada. Inclui o perÃodo de 1Âº de janeiro a 1Âº de maio de 2007.


2024 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.